

**REQUERIMIENTO N.º 1, DE 2008**

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer a inclusão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional no despacho de tramitação do Projeto de Lei n.º 1.893, de 2007.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, em especial o art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão da Relações Exteriores e de Defesa Nacional no despacho inicial aposto ao **Projeto de Lei n.º 1.893, de 2007**, que “dispõe sobre medidas de suspensão e diluição temporárias ou extinção da proteção de direitos de propriedade intelectual no Brasil em caso de descumprimento de obrigações multilaterais por Estado estrangeiro no âmbito da Organização Mundial do Comércio”.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei n.º 1.893, de 2007, de autoria do nobre deputado Paulo Teixeira, não poderá prescindir da apreciação prévia da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, antes de sua análise pela Comissão de Constituição, de Justiça e de Redação Final.

Com efeito, o artigo 32, XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados consigna de forma expressa e incontestável os campos temáticos e áreas de atividade, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que tornam imprescindível a apreciação prévia do PL em referência, por esse Colegiado. Senão vejamos o que diz o Regimento Interno sobre as matérias de competência da citada Comissão, *in verbis*:

*a) relações diplomáticas e consulares, econômicas e comerciais, culturais e científicas com outros países; relações com entidades internacionais multilaterais e regionais;*

*b) política externa brasileira; serviço exterior brasileiro;*

*c) tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa;*

*m) outros assuntos pertinentes ao seu campo temático” (grifo nosso)*

A regra de procedimento regimental da Câmara dos Deputados, inserta no artigo 55 do RI, é de que “*a nenhuma Comissão cabe manifestar-se sobre o que não for de sua atribuição específica*”.

O parágrafo único, do mesmo artigo 55, estatui sanção na hipótese de descumprimento do *caput*, retro transcrito, *ipsis litteris*:

“Parágrafo único. Considerar-se-á como não escrito o parecer, ou parte dele, que infringir o disposto neste artigo, o mesmo acontecendo em relação às emendas ou substitutivos elaborados com violação do art. 119, §§ 2º e 3º, desde que provida reclamação apresentada antes da aprovação definitiva da matéria pelas Comissões ou pelo Plenário”. (grifo nosso).

Ainda, o Regimento da Câmara, no artigo 53, I, é peremptório ao estabelecer que antes da deliberação do Plenário, as proposições serão apreciadas pelas Comissões de mérito a que a matéria estiver afeta (sic).

Em reforço ao entendimento de que o PL do Excelentíssimo Senhor Deputado Paulo Teixeira deverá ter a sua tramitação sustada na CCJ - onde se encontra - e ser enviado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mencione-se também o disposto no mesmo artigo 53, o inciso III, que fixa a competência da Comissão de Constituição, de Justiça e de Redação Final, *in verbis*:

*“III - pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, e, juntamente com as Comissões técnicas, para pronunciar-se sobre o seu mérito, quando for o caso”* (grifo nosso).

Na hipótese em análise, salta aos olhos que “não é o caso” do PL do Deputado Paulo Teixeira ser apreciado no mérito pela CCJ, cabendo apenas esse Colegiado apreciar os aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimental e técnica legislativa, após o exame de mérito na Comissão competente (Relações Exteriores e Defesa Nacional).

Tal é a jurisprudência copiosa da Comissão de Justiça, da Câmara dos Deputados. Tratando-se de lei regulatória de “relações com entidades internacionais multilaterais e regionais”, o mérito é claramente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não há dúvida, nem o que discutir, *vênia permissa*.

*In casu*, a regra de procedimento regimental a ser seguida deriva do artigo 141 do RI, *ipsis litteris*:

*“Art. 141. Se a Comissão a que for distribuída uma proposição se julgar incompetente para apreciar a matéria, ou se, no prazo para a apresentação de emendas referido no art. 120, I e § 4º, qualquer Deputado ou Comissão suscitar conflito de competência em relação a ela, será este dirimido pelo Presidente da Câmara, dentro em duas sessões, ou de imediato, se a matéria for urgente, cabendo, em qualquer caso, recurso para o Plenário no mesmo prazo”*. (grifo nosso).

Observe-se, por fundamental, que o prazo para a apresentação do requerimento, em caso de conflito de competência entre Comissões Técnicas e desde que a matéria não esteja em regime de urgência, será durante a discussão do PL (art. 120, I e § 4º do RI).

Por tal motivo peço vênia para obter a inclusão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, uma vez que o conteúdo do Projeto de Lei n.º 1.893, de 2007, tem pertinência com a política externa do nosso país.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 2008.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame